



RELATÓRIO E CONTAS 2020

Centro Social Paroquial da Senhora do Calvário

Campanhã • Porto





Índice Geral

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
ORGÃOS SOCIAIS (QUADRIÉNIO 2021/2024).....	5
A INSTITUIÇÃO: IDENTIFICAÇÃO E BREVE APRESENTAÇÃO	6
Agradecimentos.....	9
Em memória de.....	10
I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES	11
INTRODUÇÃO	12
1. O período de janeiro a 14 de março de 2020: funcionamento normal das respostas sociais e o vírus de Wuhan no horizonte.....	13
2. A suspensão dos centros de dia a 14 de março de 2020	16
3. A COVID19 atinge profissionais e utentes do Centro Social	16
4. Uma nuvem muito negra pairava sobre o Centro... A 1ª vaga da COVID19 entre nós.....	17
5. Aos poucos, reerguemo-nos.....	19
6. Reabertura do centro de dia.....	24
7. O centro de dia "em modo COVID19"	25
8. Casos positivos de COVID19 entre utentes do SAD provocam novos temores... A nova "normalidade".....	26
9. O peso brutal dos equipamentos de proteção individual nas contas e no trabalho do dia-a-dia..	26
10. A evolução no número de utentes no CD e no SAD	27
II – ANEXOS AO RELATÓRIO DE ATIVIDADES	28
III – CONTAS	31
INTRODUÇÃO.....	32
CONTAS.....	33
Acontecimentos após 31 de dezembro de 2020	35
APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	36
IV – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	37
V - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	42
VI - RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	60
VII - CERTIDÕES COMPROVATIVAS DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA [Autoridade Tributária e Segurança Social]	63
VIII - BANCO DE PORTUGAL: DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	66
IX - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA ENTIDADE	68



Índice de Imagens

Foto nº 1 – Dia dos Namorados.....	13
Foto nº 2 – Preparativos para o Carnaval.....	13
Foto nº 3 – Carnaval 2020.....	14
Foto nº 4 – Preparativos para o Carnaval, na Casa das Glicínias; Imposição das Cinzas; SPA por ocasião do Dia Internacional da Mulher	14
Foto nº 5 – Imagem promocional do espetáculo <i>Quem Sou Eu?</i> , pelo Teatro de Marionetas do Porto, apresentado a 4 de março de 2020, no Teatro Municipal do Campo Alegre.	15
Foto nº 6 – Celebração do Domingo de Páscoa	18
Foto nº 7 – Limpeza, desinfeção, arrumação e remodelação das instalações	19
Fotos nº 8 e 9 – atividades de animação com utentes do CD em sua casa.....	20
Foto nº 10 (acima) – atividades de animação com utente do CD em sua casa.....	21
Foto nº 11 – Preparação de lembranças para o aniversário dos utentes	21
Foto nº 12 – Imagens do telhado do CD antes e depois da sua substituição	22
Foto nº 13 – Ar condicionado e estores instalados no CD	23
Foto nº 14 – Porta automática na entrada do CD	23
Foto nº 15 – Novo layout no CD, novos equipamentos e sinalética de prevenção da COVID19.....	24
Foto nº 16 – Divisórias em acrílico separam o CD da área frequentada pelos profissionais do SAD	24
Foto nº 17 – Vestiário e área de refeições dos profissionais do SAD	25
Foto nº 18 – Sinalética colocada em viatura de transporte de utentes.....	25
Foto nº 19 – Protetores de pernas, cógulas e máscaras doados pelo grupo Material de Proteção Individual para Profissionais de Saúde na Luta Contra a Covid19 e seus parceiros em maio	26



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Fomos postos à prova... e vencemos!

O ano de 2020 foi muito duro para as instituições de apoio social. Algumas puderam colocar os pés em terreno firme, com aumento de sacrifícios e reforço de generosidade. Muitas foram as cautelas, mas ninguém tinha uma camada protetora que impedisse o vírus de atacar. Por duas vezes, **"o bicho mau" também se meteu connosco**, mas a nossa gente deu-lhe luta como atletas de alta competição. Com grande apreço dos utentes, as funcionárias, animadora social, directora técnica e membros da Direção mantiveram os serviços.

Tudo isto não tem preço... nem cabe num relatório de contas, mas **é uma das medalhas de honra** da nossa instituição!

As carrinhas num corre-corre, em ruas quase sem trânsito, mostraram a nossa vitalidade. E, uma quase revolução renovadora, atingiu todo o nosso espaço, desde o teto, às portas, salas, ambiente... Que mudança!

A casa está mais bela e asseada, mais apta a servir bem, e aguarda o momento em que os idosos vão rejuvenescer enchendo-a de atividade.

Este não foi um ano negativo...talvez tenha sido o de maior trabalho e serviço. E, assim, já em tempos de *primavera*, se é sempre justa a maior gratidão a quem socorre quem precisa, muito mais a quem arregaça as mangas, quando tantos fogem, para que nada falte a quem de tudo precisa.

2020 foi um ano memorável. O treino realizado, permite sonhar um tempo ainda melhor!

Fernando Milheiro, padre



ORGÃOS SOCIAIS (QUADRIÉNIO 2021/2024)

DIREÇÃO

Presidente – Pe. Fernando de Lima Milheiro Leite

Vice-presidente – José dos Anjos Monteiro

Tesoureiro – Caetano de Sousa Augusto

Secretária – Georgina Maria da Silva Pinto da Costa

Vogal – Ricardo Alexandre Araújo Nogueira

CONSELHO FISCAL

Presidente – Fernando Jorge Couto Leite Dias

Secretária – Paula Maria Fernandes da Silva Pereira

Vogal – José Manuel Zenha Mourão



A INSTITUIÇÃO: IDENTIFICAÇÃO E BREVE APRESENTAÇÃO

DENOMINAÇÃO SOCIAL: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO

SEDE: TRAVESSA DO ILHEU, 66, 4300-265 PORTO

ENTRADA PRINCIPAL: UTENTES, CARGAS E DESCARGAS – RUA NOSSA SENHORA DO CALVÁRIO, 136, 4300 – 357 PORTO, EDIFÍCIO “CASA PAROQUIAL”

NIF: 501 645 055

CAE: 88101

NATUREZA JURÍDICA: PESSOA COLETIVA RELIGIOSA

ESTATUTO: IPSS – INSTITUIÇÃO PARTICULAR SOLIDARIEDADE SOCIAL

FUNDAÇÃO: 13 DE MAIO DE 1982

CONTACTOS: TELF. (+351) 22 537 69 59 – 93 999 68 14

E-mail - csp.senhoradocalvario@gmail.com

WEBSITE - <https://cspsenhoradocalvario.com>

PRESENÇA NAS REDES SOCIAIS: FACEBOOK – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SENHORA DO CALVÁRIO

OBJETO SOCIAL: (resumido) - Apoio às pessoas idosas através de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário; apoio à integração social e comunitária.

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO foi fundado em 13 de Maio de 1982, data da aprovação dos Estatutos (anteriormente denominado Centro Social Paroquial de Apoio à Infância e Terceira Idade da Senhora do Calvário).

A sua criação deveu-se à iniciativa da Fábrica da Igreja da Paróquia Senhora do Calvário e do pároco de então, Pe. Joaquim Carlos Pinto.

Desde a sua fundação dedicou-se ao apoio à infância através de um centro de atividades de tempos livres (ATL) tendo, entretanto, extinguido aquela resposta social. Atualmente a sua ação destina-se, exclusivamente, a pessoas idosas e outros adultos dependentes, através das respostas sociais do Centro de Dia, - em funcionamento desde 1985 e do Serviço de Apoio Domiciliário desde 1990.

Por determinação estatutária o CSPSC é presidido pelo Pároco da Nossa Senhora do Calvário e gerido por uma Direção sob supervisão de um Conselho Fiscal.



Segundo o Direito Português o CSPSC é uma pessoa coletiva religiosa reconhecida como IPSS (cf Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei nº 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro e no Regulamento do Registo de Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela portaria nº 139/2007, de 29 de janeiro).

Qualificado como instituto de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, devidamente inscrito no competente registo das IPSS, efetuado em 29/4/1984, pelo averbamento nº 1, à inscrição nº 75/83, lavrada a fls 14 e 14 verso do livro nº 2 das "Fundações de Solidariedade social", que adota a forma de Centro Social, sem prejuízo do espírito e disciplina religiosa que o informam, regendo-se pelas disposições do estatuto das IPSS, pelos princípios orientadores da economia social, definidos na Lei nº 30/2013, de 8/5 e demais normas aplicáveis, no respeito pelas disposições da Concordata de 2004.

MISSÃO

Garantir o bem-estar e a qualidade na velhice através da prestação de serviços de apoio especializados e direcionados para a satisfação das necessidades e interesses dos nossos utentes, potenciando a sua autonomia e evitando o isolamento social e a solidão.

VISÃO

Ser uma referência no apoio social à população sénior de Campanhã e da cidade do Porto, através de um compromisso com a comunidade e da implementação de uma política de resposta social de qualidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e solidária.

VALORES

- Proximidade;
- Dedicção;
- Transparência;
- Respeito pela individualidade.

PARCERIAS

- Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Calvário;
- ISS, IP – Instituto de Segurança Social
- IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- CMP – Câmara Municipal do Porto
- Junta de Freguesia de Campanhã
- Rede Social do Porto e CLASP – Conselho Local de Ação Social do Porto
- DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais



- Banco Alimentar Contra a Fome
- Centro Comunitário d'A Benéfica-Previdente – Associação Mutualista;
- CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade;
- UDIPSS Porto – União Distrital das IPSS do Porto;
- CNE Agrupamento 300;
- FNA de Campanhã;
- ViverCidade - Associação para a Promoção de Arte Porto;
- Visões Úteis;

RECURSOS HUMANOS

TIPO DE CONTRATO	H	M	OBSERV.
Tempo indeterminado		17	
Enfermeira		1	Prestação serviços
Órgãos sociais*	2		Não remunerados
Voluntários	1	1	Não remunerados

* São apenas considerados os que exercem funções regulares e o seu contributo é essencial para o bom funcionamento da Instituição.

RESPOSTAS SOCIAIS

Respostas sociais	UTENTES		DATAS PROTOCOLO	
	PROTOCOLO	CAPACIDADE/LOTAÇÃO	PRIMEIRO	RENOVAÇÃO
CENTRO DE DIA	40	50	14/08/1985	04/07/2007
APOIO DOMICILIÁRIO	30	40	30/11/1990	31/05/2007



Agradecimentos

Câmara Municipal do Porto, pela doação das primeiras máscaras;
Dr. José Miguel Ferreira (médico dentista), Drª Ana Luísa Portela e Centro Social Paroquial
do Santíssimo Sacramento pela doação de máscaras nos momentos mais críticos;
Drª Micaela Madureira, do Banco Carregosa, e à Batist Medical pela doação de máscaras;
Junta de Freguesia de Campanhã, pela doação de máscaras e de outros equipamentos de
proteção e pela ajuda na candidatura à MAREESS;
UDIPSS, pela doação de máscaras e de outros equipamentos de proteção.
Tejobrinde, pela doação de máscaras;
Dr. João Alves Dias;
D. Fátima Martins;
Grupo Material de Proteção Individual para Profissionais de Saúde na Luta Contra a Covid19
e em especial à Catarina Couto pela doação de equipamentos de proteção diversos
confeccionados pelos voluntários do seu grupo;



Em memória de

Lucília

José Maria

João

Maria Eugénia

Margarida

Falecidos em 2020 vítimas da Covid19

E das outras pessoas que, por outros motivos, nos deixaram ao longo daquele ano, em particular a Américo



I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES »»»»



INTRODUÇÃO

O processo mais comum para elaborar o relatório anual de atividades costuma ter como ponto de partida o plano de atividades previamente concebido para o ano a que o relatório diz respeito, analisar o que foi concretizado e o que não foi concretizado face ao programado, analisar as razões para os eventuais desvios, etc etc. Mas 2020 fugiu a qualquer plano possível e imaginário! Daí que o relatório que aqui apresentamos tenha um tom algo distinto do habitual na hora de narrar os acontecimentos, contendo mais impressões pessoais de quem o redigiu. O relato sobre o que de mais relevante aconteceu, a descrição das circunstâncias e o impacto sobre as pessoas envolvidas, parte do contacto direto com as realidades descritas neste relatório, pelo que tornou-se impossível isentá-lo de qualquer subjetividade. Acresce uma certa necessidade de catarse, em face da intensidade do ano vivido.



1. O período de janeiro a 14 de março de 2020: funcionamento normal das respostas sociais e o vírus de Wuhan no horizonte

Os primeiros dois meses de 2020 decorreram com absoluta normalidade, da qual é exemplo um conjunto de atividades que tiveram lugar no centro de dia: celebrações do Dia de Reis, do Dia de S. Valentim e do Carnaval (esta última, em conjunto com outras instituições, à semelhança dos anos anteriores) e rito da imposição das cinzas.

Foto nº 1 – Dia dos Namorados



Foto nº 2 – Preparativos para o Carnaval



Foto nº 3 – Carnaval 2020:
O tema 2020 - Ano
Internacional da
Fitosanidade serviu de mote
para o Cortejo
Carnavalesco que o nosso
Centro apresentou no
Auditório do Centro Social
das Antas, na festa que
reuniu 7 instituições e onde
obteve o 2º prémio coletivo;

Foto nº 4 – Preparativos para o
Carnaval, na Casa das
Glicínias (*à esquerda*),
Imposição das Cinzas (*à
direita, em cima*), SPA por
ocasião do Dia Internacional
da Mulher (*à direita, em baixo*).





Nestes primeiros meses do ano, houve ainda tempo para participar no Projeto CAMPANHÃ É A MINHA CASA, iniciativa do cineasta Sérgio Marques e co-produzido pela Câmara Municipal do Porto (programa Cultura em Expansão, dinamizado pelo Visões Úteis). Assim, teve lugar uma sessão de visionamento de alguns filmes antigos de Campanhã recolhidos pelo cineasta e foi proposto aos utentes colaborarem na recolha de fotografias e de filmes de família alusivos a Campanhã, destinados à criação de um arquivo e ainda à criação de 3 curtas-metragens sobre Campanhã.

A sombra do vírus de Wuhan, do qual se ouvira falar pela primeira vez de forma sonante em dezembro de 2019, começava a pairar a nível internacional e em março eclode de forma dramática no continente europeu. No entanto, no início de março os utentes trabalhavam com a celebração da Páscoa na sua mente: confeccionar um tapete artesanal para o dia em que se recebesse a visita do Compasso no centro de dia.



Foto nº 5 – Imagem promocional do espetáculo *Quem Sou Eu?*, pelo Teatro de Marionetas do Porto, apresentado a 4 de março de 2020, no Teatro Municipal do Campo Alegre.

A 4 e 5 de março tinha lugar a apresentação ao público do espetáculo de Marionetas "Quem Sou Eu?", no Teatro Municipal do Campo Alegre, com a participação de três utentes do centro de dia.

Era o culminar de vários meses de ensaios e preparação, numa iniciativa conjunta da Câmara Municipal do Porto, do Teatro de Marionetas do Porto e diversas entidades da Rede Social do Porto, entre as quais o nosso Centro. Os três artistas viriam a ter a justa homenagem por parte da Instituição a 9 de março, em reconhecimento da sua entrega e empenho. Na véspera, 8 de março, assinalámos o Dia Internacional da Mulher com um dia de SPA para as utentes do sexo feminino.

A 11 março a Organização Mundial de Saúde declara que estamos perante uma pandemia provocada por um vírus desconhecido, altamente contagioso e letal. As palavras **pandemia**, **Sars-Cov-2**, **COVID19** e **confinamento** passam a fazer parte do léxico do dia-a-dia.



2. A suspensão dos centros de dia a 14 de março de 2020

Na semana de 9 a 13 de março, reunimos com os utentes do centro de dia e informámo-los de que poderiam optar por permanecer no seu domicílio, com assistência do Centro, se se sentissem mais protegidos. A maior parte responde: "Não, enquanto não for obrigatório, quero continuar a vir..."

Na manhã de 14 de março, último sábado em que os utentes vieram ao centro de dia, a surpresa do Estado de Emergência decretado na véspera pelo Presidente da República e do decreto do Conselho de Ministros, que impõe o confinamento e, entre outras medidas, a suspensão dos centros de dia. O resto do fim-de-semana foi passado no Centro Social a informar utentes e seus cuidadores, a informar profissionais e a reunir com um grupo destes para preparar os serviços para um funcionamento totalmente inédito a partir de 16 de março: a domiciliação dos serviços do Centro de Dia de todos os utentes.

A 13 de março, o Centro Social dispunha de um quadro composto por 17 profissionais, reforçado temporariamente por uma pessoa a prestar trabalho a favor da comunidade (parceria com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais). Parte para esta nova fase com menos 2, por necessidade de assistência a menores, 1 de férias e posteriormente colocada em isolamento profilático por contacto com pessoa infetada no seio familiar e ainda 1 outra por doença (mais tarde confirmar-se-ia tratar-se de COVID19). A exigência colocada pelo elevado número de utentes (50 em centro de dia e 40 em SAD) e pelas grandes responsabilidades que recaíam sobre o Centro devido à situação pessoal de algumas destas pessoas e suas famílias contou com o empenho e participação de profissionais e diretores num esforço comum.

3. A COVID19 atinge profissionais e utentes do Centro Social

Os primeiros diagnósticos de COVID19 entre os utentes e os profissionais no Centro Social surgem entre 24 e 25 de março; a análise retrospectiva leva a concluir que o vírus estaria em circulação pelo menos desde o dia 15.

O ano de 2020 irá saldar-se num total de 8 profissionais infetados e 10 utentes infetados, dos quais 4 resultaram em óbito.

Das infeções diagnosticadas entre os profissionais, apenas 1 não ocorreu durante a chamada 1ª vaga de COVID19, mas posteriormente, em junho. De resto, todas ocorreram na 2ª metade do mês de março, coincidindo com o pico da 1ª vaga. No que diz respeito às infeções dos utentes, 5 foram contraídas durante a 1ª vaga e as restantes no período de junho a novembro. Infelizmente, 4 resultaram em óbitos.



4. Uma nuvem muito negra pairava sobre o Centro... A 1ª vaga da COVID19 entre nós

Entre 16 e 24 de março, data em que 7 profissionais são colocados em isolamento profilático e o Centro fica reduzido a 8 profissionais, mantivemos o apoio a todos os utentes, com exceção de cerca de 11 pessoas cujas famílias, movidas pela vontade de protegerem os seus entes queridos, assumiram a prestação dos cuidados de que estes necessitavam; a partir daquela data, vimo-nos na necessidade de reduzir o número de utentes beneficiários da nossa assistência, de suprimir serviços ou de reduzir a frequência da sua prestação.

Nos dias seguintes assistiu-se ao agravamento da situação, decorrente do diagnóstico de mais infeções entre os profissionais, do isolamento profilático de outros e da escassez de meios disponíveis para cuidar dos infetados. (Só a 26 de março se inaugura a "fase de mitigação" no combate à pandemia, com mais recursos disponibilizados pelo Serviço Nacional de Saúde, embora se verifique, ainda assim, escassez.) A capacidade de resposta da Instituição ficava reduzida a cerca de 20%. Por esta altura, o Pai da animadora cultural do centro de dia é internado com suspeitas de COVID19 (viria a falecer no dia 6 de abril, mantendo-se a filha ao serviço, de forma abnegada). Desde 29 de março, o utente cuja tutela legal está a cargo da diretora técnica, assim como a Mãe, deixam de contar com cuidadora ao final do dia (a presença do vírus entre os profissionais do Centro, o medo generalizado da doença e a idade da cuidadora levaram a este desfecho).

A 31 de março, a Instituição contava apenas com 5 profissionais ao seu serviço, incluindo a animadora cultural do centro de dia e a assistente social/diretora técnica, que vêm colaborando no trabalho operacional a tempo inteiro desde o dia 27.

Uma vez que a Instituição se vê sem profissionais de cozinha, recorre-se ao outsourcing para colmatar esta carência; um dos nossos parceiros passa a fornecer as refeições temporariamente. Uma das trabalhadoras que estava a dar assistência ao filho colabora pontualmente, sempre que o trabalho do marido o permite. Procede-se à requisição da outra trabalhadora que está a prestar assistência aos filhos e que dispõe de retaguarda familiar – é apresentado certificado de incapacidade temporária para o trabalho. Um dos n/ fornecedores, com a sua atividade empresarial suspensa, disponibiliza-se para ajudar a título de voluntário... Uma ajuda preciosa, embora muito curta.

A compreensão e apoio da maior parte dos utentes e suas famílias face aos constrangimentos ajudam-nos a enfrentar a situação com mais serenidade. É residual a incompreensão por parte de alguns utentes e respetivas famílias, a braços com responsabilidades que não contavam.

A entrega, o empenho e a polivalência dos únicos colaboradores que ainda podem estar ao serviço estendem-se, sem exceção, muito para além dos horários de trabalho. A título de exemplo, as duas técnicas encontravam-se a pemoitar na Instituição desde 24 de março e assim se mantiveram



até ao dia 17 de abril; havia contactos a fazer com utentes e familiares/cuidadores para esclarecimentos, diligências para organizar o dia seguinte, contactos com os serviços de saúde pública, documentos a enviar às autoridades, normas e orientações da Direção-Geral da Saúde e legislação para ler, enfim atividades que o trabalho de prestação de ajuda direta aos utentes durante o dia não permitia. Nesta altura, a comunicação com a Unidade de Saúde Pública do ACES Porto Oriental era diária e frequente para monitorização de utentes, cuidadores/familiares e profissionais que se encontravam sob vigilância ativa por parte dos serviços de saúde, para monitorização dos profissionais ao serviço, para decisões quanto a testagem, para resolução de questões relativas aos profissionais doentes, para obtenção de ajuda técnica sobre os procedimentos a adotar no dia-a-dia, entre outros aspetos. Devemos reconhecer a proximidade e a disponibilidade dos profissionais da unidade de saúde pública durante este período.

A 3 de abril, o Centro dispõe apenas de 4 profissionais; a autoridade de saúde local decide testar três destas no dia 5 de abril. É assim que chegamos ao momento em que um resultado positivo levaria à suspensão de toda a atividade da Instituição e é preciso equacionar soluções para essa eventualidade, porque há pessoas que dependem exclusivamente de nós. Será que alguma instituição congénere teria capacidade para nos substituir temporariamente? Todas as hipóteses devem ser consideradas.

O dia 6 de abril desponta com três excelentes notícias e com uma terrível: os resultados dos testes são negativos e o Pai da animadora cultural falece.

Prosseguimos com a nossa missão, num contexto generalizado de escassez de equipamentos de proteção individual e de testagem, de incerteza sobre a doença e de respostas alternativas que aliviem a nossa carga, mas esperançados por pequenos sinais de ajuda que vão chegando simultaneamente. A doação de máscaras por alguns particulares e por profissionais de outras instituições quando têm mais máscaras do que as que necessitam no momento vão atenuando as dificuldades.



Foto nº 6 – Celebração do Domingo de Páscoa

A Páscoa é simbolicamente assinalada e celebrada (dentro das especiais circunstâncias) no Centro por 3 das profissionais a 12 de Abril, Domingo de Páscoa.



5. Aos poucos, reerguemo-nos...

Começam a surgir as primeiras doações significativas de EPI (equipamentos de proteção individual) organizadas por organismos públicos e outros da sociedade civil.

Com a ajuda da Junta de Freguesia de Campanhã, concretamente da Dr^a Carla Carvalho, submetemos uma candidatura à Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, criada a 31 de março de 2020 e desenvolvida pelo IEFP, a qual permitiu reforçar a Instituição com 3 profissionais pelo período de um mês, 1 dos quais se manteve mais dois meses a colaborar connosco.

À medida que, ao longo do mês de abril, alguns recursos humanos vão regressando progressivamente ao trabalho, investe-se em três domínios: limpeza, desinfeção e reorganização das instalações; prospeção, aquisição e aprovisionamento de EPI em quantidade suficiente para retomar a prestação da assistência à totalidade dos utentes das nossas respostas sociais e preparação de formação interna prévia à retoma dessa assistência.

No início de maio, ainda se mantêm de baixa 4 profissionais. Os que estão ao serviço e têm funções de apoio direto aos utentes recebem formação interna sobre a COVID19. Conjuntamente,

procede-se à reorganização dos serviços de modo a evitar e conter possíveis infeções. Retoma-se então a prestação de apoio a todos os utentes; há a registar um decréscimo no número de utentes face ao que se verificava a 13 de março - óbitos, ingresso em lares, desistência, receio de contágio...



Foto nº 7 – Limpeza, desinfeção, arrumação e remodelação das instalações

Só a 7 de junho todos os

profissionais voltam a estar ao serviço. Nesse mesmo mês, novo susto decorrente da infeção de um



utente e de uma profissional do Centro. Chegar-se-ia a meados de julho com um total de 391 dias de ausência ao trabalho devido a isolamento profilático e/ou a doença associada à COVID19. O tempo médio de ausência foi de 30 dias por profissional, variando entre ausências de "apenas" 13 dias e 64 dias, isto é, 8 semanas de baixa e em isolamento. Para além dos custos para a Instituição em termos de capacidade de prestação de serviços (já descrita), para os profissionais traduziu-se num custo pessoal em termos de sofrimento físico, saúde mental e quebra de rendimentos.

Nesta altura, mantém-se a domicilição de serviços aos utentes desta resposta social. Ainda não se vê nenhum sinal de uma eventual reabertura dos centros de dia, pelo que se decide incluir as atividades de animação nos serviços que são disponibilizados aos utentes nos seus domicílios. Desta forma, nos meses de junho e julho, a animadora cultural passa a deslocar-se a casa dos utentes para com eles realizar atividades adaptadas aos seus gostos, capacidades e necessidades, sempre que possível envolvendo a família na sua continuação.



Fotos nº 8 (acima) e 9 (à direita) – atividades de animação com utentes do CD em sua casa



Foto nº 10 (acima) – atividades de animação com utente do CD em sua casa

Graças à ajuda do voluntariado, conseguimos estar um pouco mais perto de cada utente do centro de dia e do serviço de apoio domiciliário no seu dia de aniversário, através da oferta de um presente elaborado com amor na nossa Instituição e de uma carta da Direção com votos de Feliz Aniversário.



Foto nº 11 – Preparação de lembranças para o aniversário dos utentes

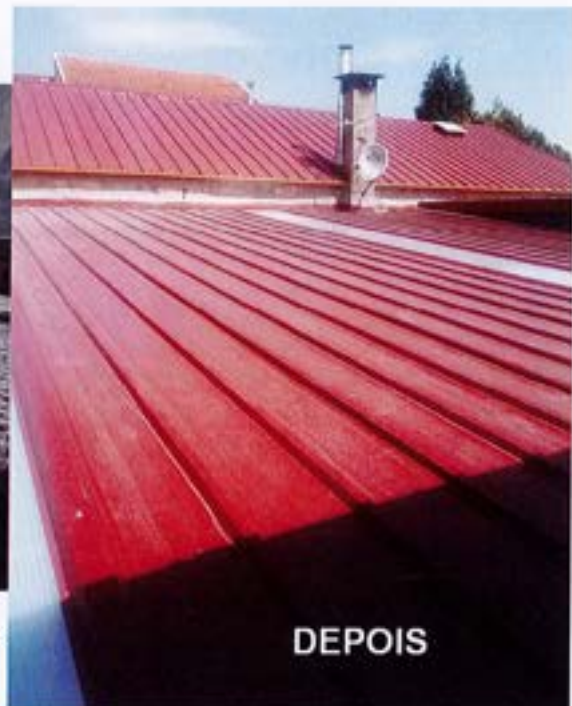
O idoso conserva suas faculdades se mantiver vivos seus interesses. (Cícero)



Este período de ausência dos utentes das instalações do Centro Social coincide com duas intervenções de fundo ao nível das instalações do centro de dia. Referimo-nos à substituição, nos meses de junho e julho, do telhado que cobre a parte do edificado destinada ao centro de dia e à instalação de aparelhos de ar condicionado no interior desta resposta social. Estas intervenções foram possíveis graças à aprovação, em finais de 2019, de uma candidatura ao Orçamento Colaborativo 2020, iniciativa do Município do Porto da qual a Junta de Freguesia de Campanhã é parceira. Do total dos €19.817,88, cerca de 75% foram objeto de financiamento público.



Foto nº 12 – Imagens do telhado do CD antes e depois da sua substituição



Por outro lado, a ausência dos utentes permitiu alargar o leque de intervenções previstas. Para além de modificações requeridas pelas próprias circunstâncias sanitárias (como por exemplo, instalação de dispositivos para desinfeção das mãos e alteração na disposição do mobiliário para garantir distanciamento social; novas regras de utilização dos espaços, como criação de circuitos distintos para entrar e sair e para circular, definição da lotação das diferentes salas/áreas), foi efetuado um conjunto de outras intervenções entre maio e julho que, embora promovendo também as boas práticas em matéria de prevenção e contenção da infeção por COVID19, não decorreram dessa necessidade, mas de outras anteriores à pandemia: simplificar, organizar e embelezar.



Assim, procedeu-se a uma extensa triagem do mobiliário, utensílios e adereços existentes, à sua seleção e ao acondicionamento de forma mais clara e funcional; reabilitou-se também a sala do economato dos produtos de higiene e limpeza; procedeu-se a algumas pinturas para conservação de paredes, criou-se um "posto de trabalho" em secretária para apoiar o trabalho de gestão do economato;

substituiu-se o pavimento de uma das entradas do centro de dia por um novo e com características anti-derrapantes; substituiu-se as antigas cortinas do centro de dia por



Foto nº 13 – Ar condicionado e estores instalados no CD

estores mais bonitos e eficazes, entre outras pequenas ações de melhoramento. Estas ações permitiram, simultaneamente, responder às necessidades já sentidas em tempos prévios à pandemia e às sentidas durante a mesma, concretamente tornar os espaços mais funcionais e fáceis de limpar.

Avançando até dezembro de 2020, altura em que as circunstâncias são já diferentes, conforme se relatará mais adiante, foi efetuada outra intervenção com bastante impacto: a substituição de uma das portas interiores do centro de dia por uma porta automática, mais prática para circular entre os espaços do que a anterior e para evacuar pessoas e melhor em termos térmicos.



Foto nº 14 – Porta automática na entrada do CD



6. Reabertura do centro de dia

No início de agosto são finalmente publicadas as linhas orientadoras para a reabertura dos centros de dia. O foco da nossa Instituição passa a ser a adequação das instalações e dos procedimentos às exigências anunciadas. No nosso caso concreto, uma vez



Foto nº 15 – Novo layout no CD, novos equipamentos e sinalética de prevenção da COVID19

que o centro de dia se encontra acoplado a outra resposta social (SAD), terá de passar antes por uma vistoria por parte da autoridade de saúde local e receber desta uma autorização prévia. A coexistência de duas respostas sociais no mesmo edifício obriga a um acréscimo de cautelas; por outro lado, os procedimentos já em curso têm de ser revistos e adaptados à presença de utentes, numas instalações já antigas e que apelam a constante criatividade para a sua adaptação às constantes evoluções.



Foto nº 16 – Divisórias em acrílico separam o CD da área frequentada pelos profissionais do SAD

A vistoria tem lugar em outubro e a decisão favorável chega no mês seguinte. O centro de dia reabre no dia 23 de novembro.



7. O centro de dia "em modo COVID19"

A reabertura e funcionamento até ao fim do ano faz-se com um grupo de apenas 10 utentes. As cifras das infeções em Portugal mantinham-se elevadas e os receios dos utentes e famílias quanto a possíveis contágios eram muito evidentes nesta altura, num contexto de inexistência ainda de qualquer vacina, mantendo-se a domiciliação de serviços para os que não frequentam o estabelecimento.

A nova rotina do centro de dia passa agora por medições de temperaturas, pela desinfeção frequente de mãos e de superfícies (viaturas, mesas, corrimãos, casas-de-banho após cada utilização...), pela mudança de calçado à chegada e saída da Instituição, pelo distanciamento social na área de convívio, na área de refeições, nas carrinhas de transporte, nas atividades de animação realizadas; passa pelo uso constante da máscara, passa ainda por ter circuitos para circular dentro da Instituição e passa por não ter acesso a espaços anteriormente acessíveis. Passa ainda por uma espécie de "policimento" mútuo dos comportamentos entre todos os conviventes, porque as rotinas são novas para todos. Os utentes, incluindo os que apresentam algumas limitações do foro mental, dão prova de grande capacidade de adaptação e de colaboração. Parecem dar muito valor ao facto de poderem estar, finalmente, de volta ao centro, mesmo que tenham de se vergar ao peso de tantas exigências.



Foto nº 17 – Vestiário e área de refeições dos profissionais do SAD



Foto nº 18 – Sinalética colocada em viatura de transporte de utentes

As atividades de animação realizadas no centro têm de ser adaptadas a um registo de trabalho muito mais individualizado, o que significa um desafio em termos criativos e em termos de acompanhamento humano das pessoas. No



entanto, permite desenvolver competências nos próprios utentes e nos profissionais que apoiam que de outro modo não seriam tão desenvolvidas. A criatividade permite, contudo, realizar algumas atividades em grupo que não requerem o toque nem a partilha de objetos e que fomenta o conhecimento mútuo das pessoas e os laços entre si.

8. Casos positivos de COVID19 entre utentes do SAD provocam novos temores... A nova "normalidade"...

O último trimestre do ano regista pequenos sustos relacionados com a suspeita ou a confirmação de casos de COVID19 entre utentes do serviço de apoio domiciliário. Felizmente, sem consequências para qualquer colaborador do Centro Social, mas sempre geradoras de ansiedade. São, no entanto, situações da "nova normalidade" com que temos de viver e de trabalhar.

9. O peso brutal dos equipamentos de proteção individual nas contas e no trabalho do dia-a-dia

Para além da obrigatoriedade do uso de máscara em inúmeras circunstâncias da vida diária, a pandemia por COVID19 foi também responsável por colocar em evidência um conjunto de outros equipamentos de proteção individual que, até então, só eram familiares a grupos muito específicos de profissionais.

No caso concreto da nossa organização, incorporar o uso destes equipamentos na prática profissional do dia-a-dia, foi desafiante a diversos níveis:

- foi necessário incorporar EPI's até então estranhos; conhecer as regras da sua colocação e remoção e suportar os incómodos que eles provocam;

- foi preciso acompanhar a evolução das normas das autoridades de saúde no que diz respeito aos EPI's;

- a estrutura de gestão interna dos EPI's complexificou-se; deixámos de comprar apenas 3 ou 4 artigos descartáveis aos fornecedores habituais, num cenário de estabilidade dos preços, para passar a ter de comprar um conjunto mais vasto de artigos, num contexto de oferta muito mais vasta de artigos

com custos bastante díspares entre si e de procura muito grande, o que nos exige fazer prospeção constante da oferta do mercado, ampliar o nosso leque de fornecedores, procurar alternativas mais



Foto nº 19 – Protetores de pernas, cógulas e máscaras doados pelo grupo *Material de Proteção Individual para Profissionais de Saúde na Luta Contra a Covid19* e seus parceiros em maio



económicas sem comprometer a segurança dos profissionais, alargar os nossos conhecimentos sobre as características técnicas dos artigos disponíveis e das normas certificadoras, efetuar as encomendas com maior antecedência, com a agravante de ser necessário constituir reservas, gerir as existências de um número superior de artigos, prever mais espaço para o seu armazenamento... enfim...

- uma referência especial aos custos associados aos EPI's; para além de se ter passado a usar mais equipamentos, o custo destes aumentou exponencialmente. A título de exemplo, uma embalagem de luvas de nitrilo que custava €3 em janeiro custava €15 em maio. Os donativos chegaram durante a 1ª vaga, em momentos críticos, mas depois tornaram-se residuais.

Em setembro, submetemos uma candidatura à medida ADAPTAR Social+ (promovida pelo Governo e destinada a ajudar a suportar o custo com um conjunto de bens e serviços associados à prevenção e controlo da infeção por COVID19, nomeadamente equipamentos de proteção individual, produtos desinfetantes, equipamentos de avaliação de sinais vitais, entre outros itens), no valor total de €8389,33 (comparticipável até 80% pelo Estado) referente na sua quase totalidade a despesa já efetuada à data da candidatura, tendo a notícia da sua aprovação chegado a poucos dias do final do ano.

10. A evolução no número de utentes no CD e no SAD

Encerra-se o ano sob o signo da incerteza e da esperança. Na memória, as pessoas que nos deixaram ao longo do ano de 2020, o sofrimento provocado pela doença e a angústia face aos problemas decorrentes da pandemia. Também a memória da entreaajuda, da solidariedade e da partilha. No horizonte, a expectativa dos benefícios das vacinas que começam a ser administradas em alguns países do estrangeiro.

O serviço de apoio domiciliário registou uma ocupação de vagas semelhante a anos anteriores; no entanto, notou-se um acréscimo no número de casos em que os utentes permaneceram pouco tempo sob os seus cuidados (essencialmente devido a doença terminal, à necessidade de cuidados permanentes ou a falecimento).

Por seu lado, todas as vicissitudes vividas ao longo de 2020 traduziram-se numa redução inédita (considerando, pelo menos, os últimos 15 anos) no nº de utentes do CD. Falecimentos, idas para estruturas residenciais, agravamento da situação de saúde com necessidade de outro tipo de cuidados, associados ao tempo em que a resposta social esteve suspensa e ao clima de medo vivido entre a população idosa e seus cuidadores explicam o decréscimo no nº de utentes.

O ano de 2021 afigura-se, portanto, como muito desafiante em termos de reconstrução e consolidação das respostas sociais do Centro Social, num contexto mais vasto de muita incerteza, mas também de muita esperança.



II – ANEXOS AO RELATÓRIO DE ATIVIDADES »»»»



CAMPANHÃ É A MINHA CASA

3 CURTAS, 3 FILMES, 3 ESPAÇOS

17 Jul | 28 Ago | 25 Set

Em 1896 começou a história do cinema em Portugal com Aurélio Paz dos Reis, pioneiro a filmar no país, logo no ano a seguir à invenção do Cinema pelos Irmãos Lumière. Assim, o cinema português arrancou no Porto. O primeiro quadro (assim se chamavam, na altura, aos pequenos filmes) foi a saída das operárias da Fábrica Confiança, na rua Santa Catarina. Um outro dos quadros filmado por Paz dos Reis foi a Feira do Gado na Corujeira, em Campanhã. Desse filme resta menos do que um segundo, um ápice.

Campanhã não é um território-cenário na história do Cinema Português, apesar de o Porto ser uma cidade estrela de cinema. Campanhã nunca teve uma sala de cinema, e o Porto chegou a ter 50 salas em 100 anos. Esta zona, a mais oriental da cidade, terra de quintas, de residência para os novos trabalhadores que chegavam à cidade, não despertou interesse no cinema desde o Paz dos Reis em 1896, nem para ser filmada, nem como zona de usufruto da 7ª arte.

Como seria um filme em Campanhã?

A partir de uma convocatória a todos os moradores, será criado um arquivo de fotografias e de filmes de família do território de Campanhã. A partir destas coleções privadas, serão desafiados 3 realizadores a criarem 3 curtas-metragens sobre Campanhã. Filmes a partir da realidade, de imagens que foram guardadas para memórias mais íntimas, para álbuns de famílias e que nunca tiveram a pretensão de serem mais do que recordação de afetos, da vida real. Talvez assim seja possível colmatar o esquecimento do Cinema na zona oriental do Porto, com uma homenagem maior, onde o cinema é mais do que ficção e do que documentário, é uma experiência nova, mais vida, íntima e mais próxima de qualquer um de nós.

Em 3 espaços de Campanhã serão apresentados estes filmes, em sessões públicas, abertas, familiares, como receber em casa, onde todos são muito bem vindos.

Para cada espaço serão criadas salas de estar, transformado Campanhã numa acolhedora casa e, paralelamente, será criada uma programação de cinema, que além das curtas que serão estreadas, seja uma homenagem a uma freguesia do Porto. Campanhã pode ser um filme, uma sala de cinema, pode ser o que se quiser, estamos em casa!

Concepção e programação: Sérgio Marques

Realizadores convidados: Cláudia Varejão, Edgar Pêra e Sónia Amen

Apoio: Visões Úteis

Apoio à pesquisa: Fátima Tomé

Vídeo promocional: Bruno Moreira

Parceiros: Arquivo Municipal de Lisboa – Videoteca, Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, Family Film Project, Mira Forum, Oppla.

Co-produção: Cultura em Expansão/ CM do Porto e Associação Cultural Figura Nacional



III – CONTAS »»»»



INTRODUÇÃO

O ano de 2020 ficou marcado pela COVID 19.

Com o encerramento da resposta social Centro de Dia em meados de março e reabertura em novembro e encerramento, novamente, no início deste ano, a Instituição viu-se confrontada com um fenómeno até ao momento impensável, - domicilição dos serviços na resposta social Centro de Dia.

A logística para fazer face à distribuição diária de almoços e lanche, bem como higienes ao domicílio (domiciliação de serviços), puseram à prova a nossa capacidade e resiliência.

Resiliência essa que se tornou mais evidente à medida que o pessoal ia ficando contagiado, em número assustador, pondo em causa, a determinado momento, a continuidade dos serviços primários e prioritários aos utentes mais vulneráveis e dependentes do nosso apoio nas duas respostas sociais.

Vencidos que foram os obstáculos, que pareciam intransponíveis, a Instituição reinventou-se e assumiu como objetivo prioritário, independentemente das condições que a pandemia ia condicionando, não "abandonar" os utentes, criando equipas que com enorme sacrifício pessoal e familiar estivessem na frente de um combate desigual, - apoio/pandemia.

Houve que tomar algumas decisões, com enorme impacto financeiro, nomeadamente quanto à proteção das nossas trabalhadoras e utentes, objetivo central e nuclear - aquisição de EPI's e descartáveis para almoços e lanches.

O encerramento da resposta social Centro de Dia originou que a sua reabertura ficasse dependente de inspeção conjunta da DGS e ISS.

Efetuada esta, houve necessidade de considerar um conjunto de alterações para tornar o espaço mais seguro e autonomizar as duas respostas sociais quanto ao pessoal.

Produzidas as alterações, vinculativas, uma vez mais com encargos financeiros de vulto, em tempo recorde, iniciou-se o acolhimento, em sistema de rotatividade, dos utentes.

Olhando, hoje, para o Centro de Dia, invade-nos uma enorme tristeza não podermos partilhar o dia-a-dia com os utentes, começando, muitos deles, a sentir os efeitos da solidão e mobilidade.

Com a descoberta da vacina abre-se uma janela de confiança num futuro próximo, para que possamos acolher os nossos utentes com segurança e aliviar um pouco o "pesadelo" que a pandemia provocou em cada um de nós.



Cabe-nos, como referido, um olhar otimista, mas realista, de que ainda há um longo caminho a percorrer e estamos disponíveis para o fazer com os nossos utentes.

CONTAS

Se a pandemia exigiu um esforço sobre humano o que dizer do impacto económico-financeiro?

Alguns utentes, transversal às duas respostas sociais, faleceram; outros tiveram que ser transferidos para ERPI's ou retaguarda de cuidados continuados, o que veio a ter reflexo imediato na mensalidade dos utentes.

Infelizmente a abstenção ao trabalho, decorrente de contágio das nossas profissionais, acabou, indiretamente, por compensar, parcialmente, a perda de receita.

A crescer àquela diminuição de gastos houve também uma diminuição com os gastos com alimentação e a um aumento das participações por via da domiciliação de serviços aos utentes do Centro de Dia.

Contamos ainda com a solidariedade de alguns utentes que embora se vissem privados de frequentar o Centro de Dia mantiveram o pagamento da mensalidade sem redução.

Para isso tivemos de invocar, junto dos utentes, com as devidas adaptações a célebre frase de John F. Kennedy *"Não pergunte o que a Instituição pode fazer por você. Pergunte o que você pode fazer pela Instituição"*

Tudo isto conjugado: Gastos/Ganhos, acabou por resultar num desfecho bastante atípico quanto aos resultados finais.

Obviamente que a Direção esteve sempre atenta a estas "convulsões", monitorizando as contas ao pormenor para evitar algum descontrolo que a pandemia poderia originar.

Por isso, e a finalizar, vemos este resultado com ponderação, sem euforia, visto que o ano de 2021 ainda vai conter muitos riscos, nomeadamente quanto à manutenção das mensalidades nos moldes de 2020.

"Não importa o quão lento você vá desde que você não pare"



CENTRO DE DIA – Aproveitamos a ausência de utentes e levamos a cabo um conjunto de benfeitorias e alterações de forma a dotar o espaço desta resposta social mais confortável.

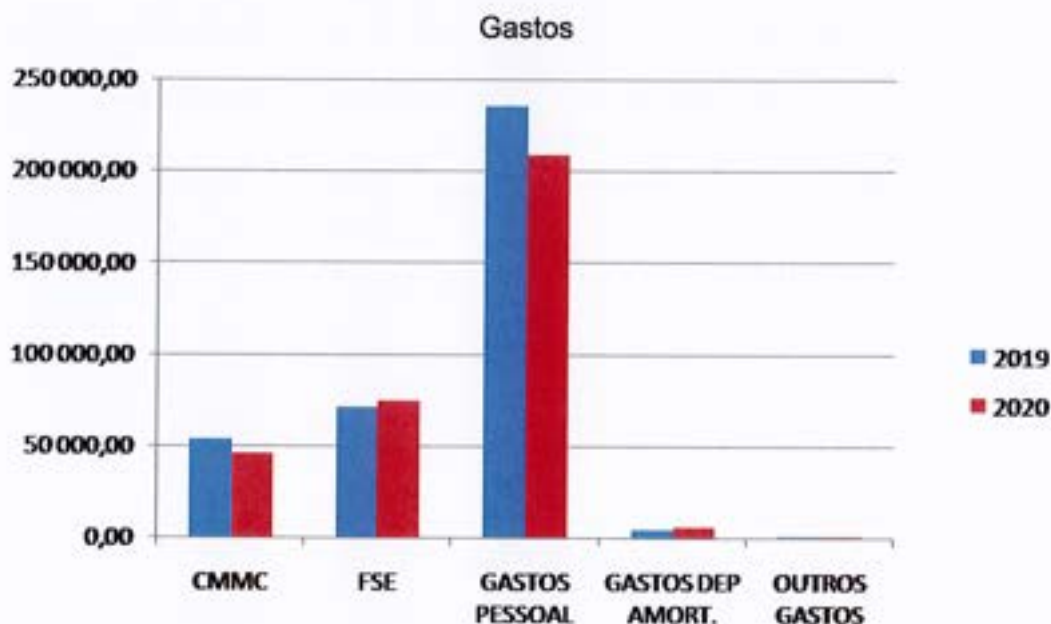
Procedeu-se à substituição integral do telhado, espaço do CD, colocando placas de "sandwich", permitindo um melhor isolamento térmico e acústico. A amplitude térmica vai diminuir, consideravelmente, graças à substituição do telhado e à colocação de aparelhos de ar condicionado, tornando o espaço mais agradável independentemente da estação do ano.

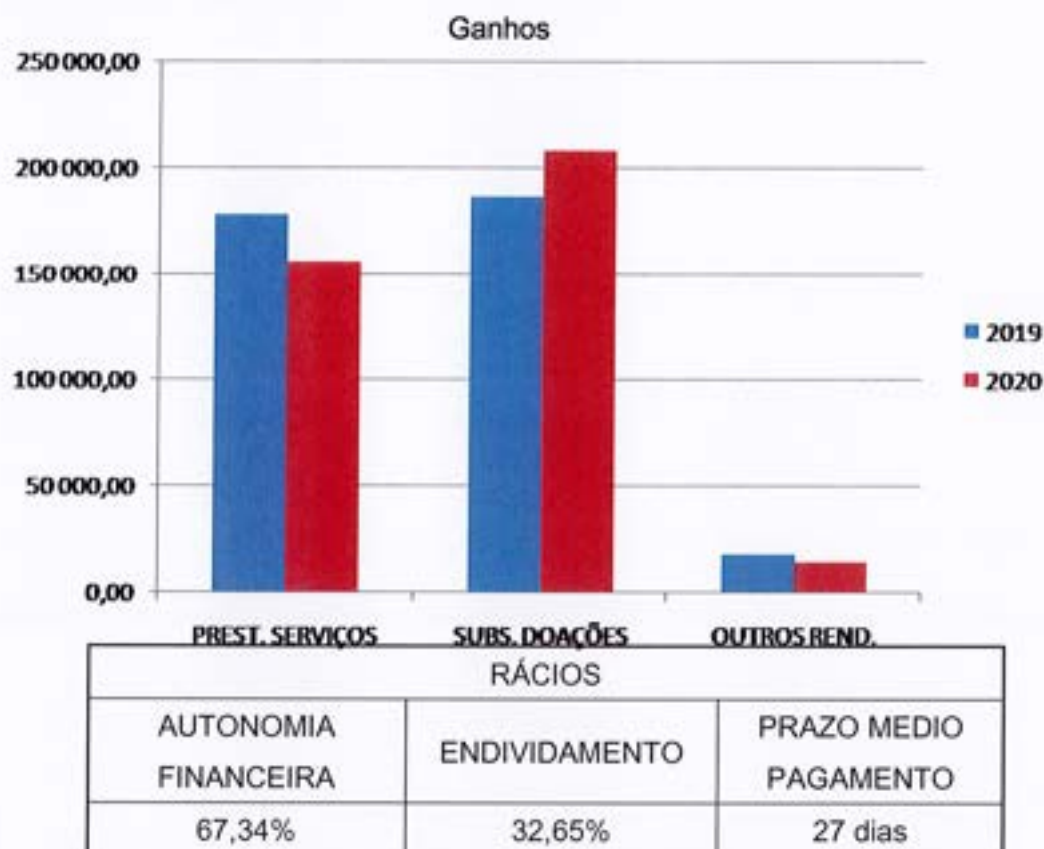
Procedemos a algumas alterações, estéticas, e mudança de portas, de forma a termos uma melhor climatização do espaço, tornando-o mais amigável do ambiente.

Estas benfeitorias, mudança do telhado, tiveram uma enorme participação da Junta de Freguesia de Campanhã, através do Orçamento Colaborativo. Aproveitamos o ensejo para, uma vez mais, agradecermos ao Executivo da Junta o facto de anualmente permitir às coletividades e Instituições da freguesia levar a cabo benfeitorias através do referido Orçamento, permitindo a estas fazer intervenções em diferentes áreas o que não seria possível sem esse enorme contributo.

Para uma melhor leitura dos gastos, e para que esta não se torne monótona, recorreremos a gráficos para comparar os exercícios de 2019 e 2020.

GRÁFICOS COMPARATIVOS DE GASTOS E GANHOS





Acontecimentos após 31 de dezembro de 2020

Como é do conhecimento geral a Covid 19 continua a fazer o seu caminho, com uma 2ª vaga de proporções inimagináveis no 1º trimestre do ano.

Originou o encerramento, novamente, do Centro de Dia e o isolamento profilático de 4 das 6 colaboradoras afetas à resposta social SAD, embora por curto espaço de tempo.

O gasto em EPI's aumentou, substancialmente, devido ao facto de as máscaras consideradas como seguras, pela DGS, da referência FFP2, terem um custo exorbitante em relação às vulgarmente designadas como cirúrgicas.

Mas se o custo das máscaras é assustador o que dizer das luvas que não param de subir.



Iniciamos, pela primeira vez, o acompanhamento de utentes com Covid 19, dotando as nossas técnicas de material adequado à função.

Com muito receio e preocupação no início a confiança, à medida que o tempo foi passando, foi conquistada e hoje temos uma equipa apta a apoiar utentes com Covid 19 sem o temor inicial.

Fruto de tudo isto o valor médio mensal de participação de utentes é inferior à média mensal do ano de 2020.

Continuamos a monitorizar os gastos/ganhos. No final do ano, estamos convictos, as nossas contas estarão equilibradas porque a nossa missão é manter a sustentabilidade da Instituição.

Aplicação de resultados

QUADRO RESUMO		
RUBRICA	2020	2019
TOTAL DE GANHOS	375.288,54	383.022,43
TOTAL DE GASTOS	328.036,73	359.252,17
EBITDA (resultado antes de juros, impostos e deprec. amortizações)	47.251,81	23.770,26
RESULTADO LÍQUIDO	41.631,26	19.654,42

A Direção deliberou:

- Aprovar o Relatório e Contas de 2020;
- Transferir o Resultado líquido de 41.631,26 euros para Fundos Patrimoniais, conta de Resultados Transitados.

Porto, 17 de abril de 2021

A Direção

"Não procure ser um homem com êxito, e sim um homem com valores" (Albert Einstein)

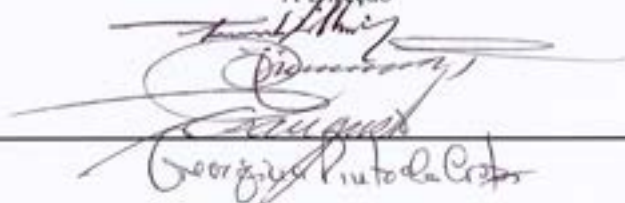


IV – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS »»»»

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	51 028,43	30 828,35
Ativos intangíveis	5	1 763,82	0,00
Investimentos financeiros	6	2 353,51	1 706,63
		55 145,76	32 534,98
Activo corrente			
Inventários	7	979,95	1 188,15
Créditos a receber	12.6	112,50	130,00
Estado e outros entes públicos	12.7	1 116,42	467,34
Diferimentos	12.2	2 514,71	2 563,44
Outros ativos correntes	12.1	7 075,56	845,41
Caixa e depósitos bancários	12.3	65 045,17	33 717,73
		76 844,31	38 912,07
Total do ativo		131 990,07	71 447,05
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.4	12 121,00	12 121,00
Resultados transitados	12.4	20 223,99	569,57
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.4	14 917,76	500,00
		47 262,75	13 190,57
Resultado líquido do período		41 631,26	19 654,42
Total dos fundos patrimoniais		88 894,01	32 844,99
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	12.5	7 055,93	1 957,24
Estado e outros entes públicos	12.7	4 206,41	4 610,31
Outros passivos correntes	12.8	31 833,72	32 034,51
		43 096,06	38 602,06
Total do passivo		43 096,06	38 602,06
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		131 990,07	71 447,05

A Direção

Contabilista Certificado


Georgina Pinto da Costa


CE 17086

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

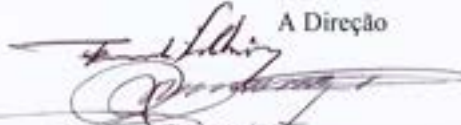
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 020	2 019
Vendas e serviços prestados	8	155 923,87	178 509,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9/12.9	205 188,25	186 685,76
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-45 141,04	-53 173,31
Fornecimentos e serviços externos	12.1	-74 056,03	-70 585,69
Gastos com o pessoal	10	-208 326,36	-234 916,11
Outros rendimentos	12.11	14 176,42	17 827,67
Outros gastos	12.12	-513,30	-577,06
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		47 251,81	23 770,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-5 620,55	-4 115,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		41 631,26	19 654,42
Resultados antes de impostos		41 631,26	19 654,42
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		41 631,26	19 654,42

A Direção

Contabilista Certificado


Georgina Buitola Costa


CC11086

Entidade: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501645055

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro Dia	SAD	Adaptar Social +	PERÍODOS	
					2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	75 969,12	79 954,75	0,00	155 923,87	178 509,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	7/10	-116 003,92	-137 463,48	0,00	-253 467,40	-288 089,42
Resultado Bruto		-40 034,80	-57 508,73	0,00	-97 543,53	-109 580,42
Subsídios, doações e legados à exploração	9/12.9	89 887,48	108 581,31	6 719,46	205 188,25	186 685,76
Outros Rendimentos	12.11	6 554,51	7 621,91	0,00	14 176,42	17 827,67
Gastos administrativos	4/12.10	-22 453,01	-48 824,24	-8 399,33	-79 676,58	-74 701,53
Outros Gastos	12.12	-174,52	-338,78	0,00	-513,30	-577,06
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		33 779,66	9 531,47	-1 679,87	41 631,26	19 654,42
Gastos de financiamento (líquidos)						0,00
Resultado antes de impostos		33 779,66	9 531,47	-1 679,87	41 631,26	19 654,42
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período		33 779,66	9 531,47	-1 679,87	41 631,26	19 654,42

A Direção


 Gerente Financeiro da CSM

O Contabilista Certificado





V - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS »»»»

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Ativos Intangíveis	10
6	Investimentos Financeiros	11
7	Inventários	11
8	Rédito	12
9	Subsídios do Governo e Apoios do Governo	12
10	Benefícios dos Empregados	13
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
12	Outras Informações	13
12.1	Outros Ativos Correntes	14
12.2	Diferimentos	14
12.3	Caixa e Depósitos Bancários	14
12.4	Fundos Patrimoniais	15
12.5	Fornecedores	15
12.6	Créditos a Receber	15
12.7	Estado e Outros Entes Públicos	15
12.8	Outros Passivos Correntes	16
12.9	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	16
12.10	Fornecimentos e Serviços Externos	17
12.11	Outros Rendimentos	17
12.12	Outros Gastos	17
12.13	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	18
12.14	Acontecimentos após data de Balanço	18

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		156 307,68	178 539,00
Pagamentos a fornecedores		-119 017,27	-103 857,35
Pagamentos ao pessoal		-133 969,53	-181 426,85
Caixa gerada pelas operações		-96 679,12	-106 745,20
Outros recebimentos/pagamentos		152 010,10	123 854,52
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		55 330,98	17 109,32
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-24 809,54	0,00
Investimentos financeiros		-704,50	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-25 514,04	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		1 510,50	2 460,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 510,50	2 460,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		31 327,44	19 569,32
Caixa e seus equivalentes no início do período		33 717,73	14 148,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.3	65 045,17	33 717,73

 A Direção

 Georgina Pinto de Castro

Contabilista Certificado


1 Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial da Senhora do Calvário é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS", pela inscrição nº 75/83, no Livro nº 2 das Fundações de Solidariedade Social.

Tem sede na Travessa do Ilhéu nº 66, na freguesia de Campanhã, no concelho do Porto. Os fins e objetivos do Centro concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem – estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente no apoio às pessoas idosas, através do Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)
 - Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
 - NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
 - Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.3 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos órgãos diretivos, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.4 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos órgãos diretivos com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.6 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a

preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.7 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.8 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.9 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.10 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.11 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Activos Fixos Tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros Rendimentos e Ganhos" ou "Outros Gastos e Perdas".

3.2.3 Investimentos Financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (Fundo de Compensação do Trabalho) e o FGCT (Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta "415 – Outros investimentos financeiros" e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos

valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

Outros Ativos e Passivos Financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do exercício de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2019	Adições	Abate	Transferência	31-12-2020
Edifícios e Outras Construções	68 124,51	22 905,90			91 030,41
Equipamento Básico	61 306,61	814,47			62 121,08
Equipamento de Transporte	56 918,80				56 918,80
Equipamento Administrativo	24 631,13	1 147,13			25 778,26
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 078,13	512,17			4 590,30
Ativo Tangível Bruto	215 059,18	25 379,67	0,00	0,00	240 438,85
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	47 431,18	1 635,65			49 066,83
Equipamento Básico	57 930,56	1 060,00			58 990,56
Equipamento de Transporte	52 418,80	1 800,00			54 218,80
Equipamento Administrativo	24 442,28	147,55			24 589,83
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 008,01	536,39			2 544,40
Depreciações Acumuladas	184 230,83	5 179,59	0,00	0,00	189 410,42
Ativo Tangível Líquido	30 828,35	20 200,08	0,00	0,00	51 028,43

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2019	Adições	Abate	Transferência	31-12-2020
Programas de Computador	0,00	2 204,78	0,00	0,00	2 204,78
Ativo Intangível Bruto	0,00	2 204,78	0,00	0,00	2 204,78
Depreciações Acumuladas					
Programas de Computador	0,00	440,96	0,00	0,00	440,96
Depreciações Acumuladas	0,00	440,96	0,00	0,00	440,96
Ativo Intangível Líquido	0,00	1 763,82	0,00	0,00	1 763,82

6 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	2 353,51	1 706,63
Total	2 353,51	1 706,63

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2020	2019
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	979,95	1 188,15
Total	979,95	1 188,15

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2020	2019
	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	1 188,15	964,69
Compras	39 224,21	48 413,37
Doações	5 708,63	4 983,40
Saldo Final	979,95	1 188,15
Gastos do Período	45 141,04	53 173,31

8 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2020	2019
Prestação de Serviços	155 923,87	178 509,00
Quotas do Utilizadores	155 923,87	178 509,00
Outros Rendimentos	4 357,42	4 151,60
Consignação IRS	4 053,45	4 148,70
Descontos pronto pagamento	9,73	2,87
Imputação Subsídio Investimento	294,24	0,00
Outros	0,00	0,03
Total	160 281,29	182 660,60

9 Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2020			2019		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP	Não Reembolsável	0,00	0,00	195 346,17	0,00	0,00	162 177,60
IEFP	Não Reembolsável	0,00	0,00	1 867,95	0,00	0,00	16 564,76
JF Campanhã	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Município do Porto	Não Reembolsável	0,00	0,00	755,00	0,00	0,00	0,00
JF Campanhã (Obras)	Não Reembolsável	14 417,76	0,00	294,24	0,00	0,00	0,00
Total		14 417,76	0,00	198 263,36	0,00	0,00	179 242,36

10 Benefícios dos Empregados

O número de membros que compõem o órgão diretivo é de 8 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da associação durante os anos de 2019 e de 2020 foi 16.

Além do pessoal do quadro a instituição conta ao seu serviço de 3 colaboradores ao abrigo do programa MARESS protocolado com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao Pessoal	156 350,28	164 150,09
Subsídio Alimentação	10 286,34	12 696,00
Encargos Sobre as Remunerações	34 122,44	36 139,23
FCT	52,53	50,52
Seguros de Acidentes no Trabalho	2 099,53	1 492,70
Outros Gastos com o Pessoal	1 596,16	2 153,32
IEFP	3 819,08	18 234,25
Total	208 326,36	234 916,11

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
IEFP	0,00	845,41
Adiantamento a Fornecedores	356,10	0,00
Adaptar Social +	6 719,46	0,00
Total	7 075,56	845,41

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 256,81	2 315,47
Vigilância e Segurança	257,90	247,97
Total	2 514,71	2 563,44

12.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	45,42	222,70
Depósitos à Ordem	64 999,75	33 495,03
Total	65 045,17	33 717,73

12.4 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2020:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	12 121,00			12 121,00
Resultados Transitados	569,57	19 654,42		20 223,99
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	500,00	14 417,46		14 917,46
Total	13 190,57	34 071,88	0,00	47 262,45

12.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	7 055,93	1 957,24
Total	7 055,93	1 957,24

12.6 Créditos a Receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Cientes		
Utentes	112,50	130,00
Total	112,50	130,00

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Estado e outros Entes Públicos	1 116,42	467,34
Total	1 116,42	467,34
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	457,00	345,00
IVA - A Pagar	0,00	188,80
Segurança Social	3 695,88	4 019,17
FCT e FGCT	53,53	57,34
Total	4 206,41	4 610,31

12.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores Por Acréscimo de Gastos	0,00	31 833,72	0,00	32 034,51
Remunerações a Liquidar	0,00	29 671,04	0,00	28 725,66
Outras Despesas Diferidas				
Eletricidade	0,00	162,45	0,00	1 159,09
Água	0,00	138,01	0,00	18,08
Gás	0,00	0,00	0,00	897,59
Seguros	0,00	338,84	0,00	241,72
Material Escritório	0,00	21,19	0,00	34,37
Comunicação	0,00	127,92	0,00	201,97
Outros				
Esmeralda Leal	0,00	0,00	0,00	625,00
Maria Alice Morais	0,00	1 118,62	0,00	0,00
Maria Rosa Mendes	0,00	200,00	0,00	0,00
Penhoras do Pessoal	0,00	55,65	0,00	131,03
Total	0,00	31 833,72	0,00	32 034,51

12.9 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
ISS, IP - Centro Distrital	195 346,17	162 177,60
IEFP	1 867,95	16 564,76
Município do Porto	755,00	0,00
JF Campanhã	0,00	500,00
Donativos	7 219,13	7 443,40
Total	205 188,25	186 685,76

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

12.10 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	5 903,40	3 785,00
Serviços Especializados	22 926,97	18 496,84
Materiais	7 986,89	4 297,29
Energia e Fluidos	15 471,45	25 258,01
Deslocações e Estadas	42,20	155,45
Serviços Diversos	21 414,59	17 359,60
Encargos com Utentes	310,53	1 233,50
Total	74 056,03	70 585,69

12.11 Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Outros Rendimentos e Ganhos		
IRS	4 053,45	4 148,70
Subsídio Alimentação Espécie	9 819,00	13 675,65
Correções Exercícios Anteriores	0,00	0,42
Descontos Pronto Pagamento	9,73	2,87
Outros	0,00	0,03
Imputação Subsídio ao Investimento	294,24	0,00
Total	14 176,42	17 827,67

12.12 Outros Gastos

A rubrica de "Outros Gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos (Taxas)	119,21	0,00
Quotizações	234,00	234,00
Correções Exercícios Anteriores	160,00	340,20
Juros Não Financiamento	0,09	1,83
Outros	0,00	1,03
Total	513,30	577,06

12.13 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2020, foi o seguinte:

Apoio Domiciliário: 40

Centro de Dia: 45

12.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Em Março o País continua em estado de emergência devido à pandemia Covid-19, no entanto a continuidade da Instituição não está em risco.

Porto, 10 de Março de 2021

O Contabilista Certificado



À Direção





VI - RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL »»»»



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SENHORA DO CALVÁRIO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2020

De acordo com a alínea b) do nº 1 do artigo 26º dos estatutos, do **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO**, vimos submeter à apreciação da Direção o nosso parecer, que emitimos com base no exame efectuado ao relatório e às contas anuais bem como em resultado do acompanhamento da actividade ao longo do período, nos termos das nossas competências.

RESPONSABILIDADE

É da responsabilidade da Direção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada em verificações por amostragem ao longo do período e no exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

Este parecer tem como base as conclusões da actividade fiscalizadora, efectuada com a regularidade que achamos apropriada e necessária, validada através da verificação do registo contabilístico das transacções mais significativas e da respectiva documentação de suporte, a partir de balancetes e outra documentação apresentada regularmente a este Conselho Fiscal pela Direção.

Verificamos a exatidão e conformidade das demonstrações financeiras, reportadas a 31 de dezembro de 2020, incluídas no Relatório e Contas do referido exercício.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO**, em 31 de dezembro de 2020, e o resultado das suas operações, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, tendo como referencial o regime de normalização contabilístico para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

A FINALIZAR

Uma palavra de agradecimento à Direção, nomeadamente aos Srs. Anjos Monteiro e Caetano Augusto, pela disponibilidade e colaboração prestada a este órgão; à Dra. Susana Neves pelos esclarecimentos técnicos prestados. Assim, e nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 26º dos estatutos, entendemos que a **DIREÇÃO deve aprovar:**

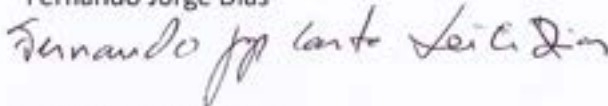
- **O Relatório e as contas do exercício de 2020;**
- **A aplicação do resultado líquido positivo de 41.631,26 euros, para resultados transitados.**

O Conselho Fiscal congratula-se pela excelente colaboração e qualidade da informação prestada a este órgão pela Direção, comprovada pela qualidade do Relatório e Contas apresentado.

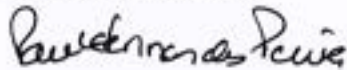
Porto, 17 de Abril de 2021

O Conselho Fiscal

Fernando Jorge Dias



Paula da Silva Pereira



José Manuel Mourão





VII - CERTIDÕES COMPROVATIVAS DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA

[Autoridade Tributária e Segurança Social] » » »

CERTIDÃO

Manuel Raul Pereira Teixeira, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de PORTO-1.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A c/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 14 de Abril de 2021.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO

NIF: 501645055

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 501645055

Cód. Validação: 9P9HV8XFHMX7

O Chefe de Finanças,



(Manuel Raul Pereira Teixeira)

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO

Firma/Denominação CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
DA SENHORA DO CALVÁRIO

N.º de Identificação de Segurança Social 20008940759

N.º de Identificação Fiscal 501645055

N.º da Declaração 022533445ASCD21

Data de emissão 2021-01-04

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO
TRAVESSA DO ILHÉU N 66
PORTO
4300-265 PORTO

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2019, de 16 de setembro na sua versão atualizada

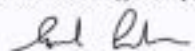
Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

O Diretor de Segurança Social


Miguel Cardoso

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 20008940759

Código de Verificação - Z224PFLMVCMM7E4

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.



VIII - BANCO DE PORTUGAL: DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE »»»»



Nome: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO

Tipo de Identificação: NIF/NIPC

Nº de Identificação: 501645055

NIF/NIPC não consta na base de dados da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal.

Fim de relatório

A informação prestada, extraída da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) no momento em que a consulta foi efetuada, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou retificação (Artigo 2º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/2008, de 14 de outubro).

Os dados contidos na CRC encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar o acesso e a utilização destes dados ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades expressamente previstas na lei.





IX - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA ENTIDADE »»»»



Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas do **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO** ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2020 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, <http://cspsenhoradocalvario.com>, em 17 de junho de 2021.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2020 a entidade.

- Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

Porto, 17 de junho de 2021

A Direção:

